



ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações contábeis da **Energética Serra da Prata S.A.** e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado do exercício Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.936	1.143	Fornecedores	9	777	1.765
Contas a receber de clientes	5	8.577	7.357	Contas a pagar		2.545	221
Tributos a recuperar		714	758	Empréstimos	10	5.966	12.334
Adiantamentos diversos		554	1.540	Dividendos	12	3.940	-
Total do Ativo Circulante		12.781	10.798	Passivo de arrendamento	7	496	496
Não Circulante				Imposto de renda e Contribuição social a pagar	11.1	161	91
Realizável a longo prazo				Outros passivos circulantes		329	381
Títulos e valores mobiliários	6	4.231	4.125	Total Passivo Circulante		14.214	15.288
Depósitos judiciais e cauções		2.766	1.994	Não Circulante			
Impostos Diferidos		-	15	Fornecedores	9	1.014	2.049
Imobilizado	8	123.705	131.476	Empréstimos	10	-	5.563
Intangíveis		27	59	Passivo de arrendamento	7	7.675	7.901
Direito de uso	7	6.388	6.834	Provisão contingente	3	2.633	-
Total do Ativo Não Circulante		137.117	144.503	Impostos Diferidos		1	-
Total do Ativo		149.898	155.301	Outros passivos não circulantes		-	1.014
				Total Passivo Não Circulante		11.323	16.527
				Capital social	4	87.810	87.810
				Reserva de lucros	4	36.551	35.676
				Total Patrimônio Líquido		124.361	123.486
				Total Passivo e do Patrimônio Líquido		149.898	155.301

Demonstração do resultado abrangente Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	46.326	50.193
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucros líquido do exercício	46.326	50.193

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	49.278	53.461
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Depreciação - imobilizado	8.799	5.483
Depreciação - arrendamento	662	656
Amortização - intangível	-	21
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	851	1.752
Juros - arrendamento	966	1.003
Baixa de Imobilizado	27.533	(2)
Provisão (reversão) de contingências	2.633	-
PIS e COFINS diferido	(7)	(224)
Rendimento sobre aplicação financeira	(602)	(1.295)
Remensuração do direito de uso	216	-
Lucro ajustado	90.329	60.855
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.220)	1.931
Depósitos judiciais	(772)	(1.156)
Adiantamentos	986	(165)
Tributos a recuperar	(1.891)	(702)
Ativo fiscal diferido	15	490
Ativo de arrendamento	(216)	-
Contas a pagar	2.324	(7.273)
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.023)	727
Outros passivos	(1.098)	(26)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	86.434	54.681
Imposto de renda e contribuição social pagos	(939)	(2.406)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	85.495	52.275
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(28.529)	(7.186)
Aquisição de intangíveis	32	-
Títulos e valores mobiliários	496	11.556
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(28.001)	4.370
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(41.511)	(51.700)
Pagamento de empréstimos	(11.126)	(12.055)
Juros pagos de empréstimos	(1.656)	(2.857)
Obrigações por arrendamentos	(1.408)	(1.397)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(56.303)	(68.009)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.793	(11.364)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.143	12.507
No final do período	2.936	11.143
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.793	(11.364)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros					Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
		Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Dividendos Intercalares	Lucro/Prejuízo do Exercício		
Saldo em 01 janeiro 2024		87.810	24.422	12.761	-	-	124.993	
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	14	-	-	-	-	50.193	50.193	
Distribuição de reserva de lucros	14	-	(24.422)	-	-	-	(24.422)	
Constituição de reserva legal	14	-	-	2.510	-	(2.510)	-	
Constituição de reserva de lucro	14	-	20.405	-	-	(20.405)	-	
Dividendos mínimo obrigatório	14	-	-	-	-	(11.921)	(11.921)	
Dividendos adicionais aprovados	14	-	-	-	-	(15.357)	(15.357)	
Saldos em 31 dezembro 2024		87.810	20.405	15.271	-	-	123.486	
Distribuição de reserva de lucros	14	-	(20.405)	-	-	-	(20.405)	
Dividendos intercalares (i)	14	-	-	-	(25.046)	-	(25.046)	
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	14	-	-	-	-	46.326	46.326	
Constituição de reserva legal	14	-	-	2.291	-	(2.291)	-	
Dividendos mínimo obrigatório	14	-	-	-	-	(11.009)	(11.009)	
Dividendos adicionais aprovados	14	-	-	-	-	(14.037)	(14.037)	
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	-	-	(18.989)	(18.989)	
Saldos em 31 dezembro 2025		87.810	18.989	17.562	-	-	124.361	

(i) Dividendos que já foram aprovados durante o exercício deliberados da Assembleia Geral via dividendos intercalares. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Energética Serra da Prata S.A. ("Espira" ou "Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colinas 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW, as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada. A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFÁ - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espira vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espira é de 30 anos. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Declaração de Conformidade** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considera as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2026. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **3. Práticas contábeis materiais:** As principais práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalente de caixa** - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros** - *Reconhecimento inicial e mensuração* - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Mensuração subsequente* - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros* - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias dadas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. *Passivos financeiros* - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. *Reconhecimento inicial e mensuração* - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente* - A mensuração de passivos financeiros é como segue - *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado* - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado* - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento* - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros* - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.4. Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor. **3.5. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso

contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.6. Provisão de custos ambientais** - A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 9. **3.7. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **3.8. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICP 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art. 202, I da lei das S.A. "Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 100% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas: i) *Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:* (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores." **3.9. Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados ao valor recuperável. **3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. **3.14. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.15. Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. Em 2025, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o ano anterior. **3.16. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2025** - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.



ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16

da Companhia. **3.18. Normas emitidas mas ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. (i) Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras. (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Com relação aos tópicos ii, iii, iv a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
4. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e Banco (i)	33	655
Aplicação financeira (ii)	2.903	488
Total	2.936	1.143
(i) O saldo de recursos em banco compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente 101,07% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 104,97% do CDI.		
5. Contas a receber de clientes	31/12/2025	31/12/2024
Suprimentos de energia (i)	8.577	7.357
Total	8.577	7.357

8. Imobilizado: Composição e movimentação dos saldos

R\$ Mil	Valor Bruto		Adições líquidas		Depreciação acumulada	
	31/12/2024	Adições (i)	Baixas (ii)	31/12/2025	Depreciação (i)	31/12/2024
Geração - Em Serviço	208.309	28.523	(27.533)	14.187	223.486	15.177
Terrenos	594	-	-	-	594	-
Edificações, serviços civis e benfeitorias	46.336	-	-	8.494	54.830	8.494
Equipamentos de informática	320	-	(258)	-	62	(258)
Máquinas e equipamentos	65.104	28.523	(5)	5.693	99.315	34.211
Veículos	16	-	(5)	-	11	(5)
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	(27.125)	-	68.672	(27.125)
Móveis e utensílios	142	-	(140)	-	2	(140)
Geração - Em curso	-	-	-	-	-	-
Obras em andamento	14.187	-	-	(14.187)	-	(14.187)
Adiantamento a fornecedores	164	-	-	-	164	-
Desenvolvimento de projetos	-	6	-	-	6	-
Subtotal	14.351	6	-	(14.187)	170	(14.181)
Total do Ativo Imobilizado	222.660	28.529	(27.533)	-	223.656	996

R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração		223.486	(99.951)	123.535	117.125
Custo histórico	3,94%	223.486	(99.951)	123.535	117.125
Imobilizado em curso		170	-	170	14.351
Transmissão	0,00%	170	-	170	14.351
Administração		-	-	-	-
Total Imobilizado		223.656	(99.951)	123.705	131.476

R\$ Mil	Valor Bruto		Adições líquidas		Depreciação acumulada	
	31/12/2023	Adições (i)	Baixas (ii)	31/12/2024	Depreciação	31/12/2023
Geração - Em Serviço	208.307	9	(7)	208.309	2	(91.184)
Terrenos	594	-	-	594	-	-
Edificações, serviços civis e benfeitorias	46.336	-	-	46.336	-	(20.742)
Equipamentos de informática	327	-	(7)	320	(7)	(279)
Máquinas e equipamentos	65.095	9	-	65.104	9	(33.191)
Veículos	16	-	-	16	-	(16)
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	95.797	-	(36.815)
Móveis e utensílios	142	-	-	142	-	(141)
Geração - Em curso	-	-	-	-	-	-
Obras em andamento	7.169	7.018	-	14.187	7.018	-
Adiantamento a fornecedores	5	159	-	164	159	-
Subtotal	7.174	7.177	-	14.351	7.177	-
Total do Ativo Imobilizado	215.481	7.186	(7)	222.660	7.179	(91.184)

R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024		2023	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão		208.309	(91.184)	117.125	122.604
Custo histórico	2,63%	208.309	(91.184)	117.125	122.604
Imobilizado em curso		14.351	-	14.351	7.174
Transmissão	0,00%	14.351	-	14.351	7.174
Administração		-	-	-	-
Total Imobilizado		222.660	(91.184)	131.476	129.778

(i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015. As imobilizações estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** - A administração analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da administração, não apresentou indicio de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **9. Fornecedores:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
O&M	269	353
Serviços de terceiros	1.014	1.140
Aluguel	-	2.049
Outros	508	272
Total	1.791	3.814
Passivo circulante	777	1.765
Passivo não circulante	1.014	2.049

	31/12/2025	31/12/2024	Vencimen- to	Periodici- dade amor- tização	(taxa efetiva de juros)
Operação	31/12/2025	31/12/2024			
Financiamento BNB (i)	5.564	16.690	30/06/2026	Mensal	8,08%a.a
Juros	402	1.207	-	-	-
Total	5.966	17.897	-	-	-

A movimentação do empréstimo está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2025
Operação	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2025
Financiamento BNB (i)	17.897	851	(11.126)	(1.656)	5.966
Total	17.897	851	(11.126)	(1.656)	5.966
Total circulante	12.334	-	-	-	5.966
Total não circulante (ii)	5.563	-	-	-	-

(i) Em 2006, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o financiamento possui taxa de juros de 8,08% a.a. (podendo ser reduzido a 9,05% devido 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. (ii) De acordo com a curva de amortização do principal do Empréstimos, todo o saldo registrado no passivo não circulante será pago em 2026. **11. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

(i) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia firmado com a ENBPar, com recebimento de R\$2.144 em 10/01/2026, R\$2.144 em 20/01/2026, R\$2.145 em 30/01/2026 e R\$2.144 em 10/02/2026. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Além disso, não há expectativa de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de uma provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2025	31/12/2024
6. Títulos valores mobiliários		
Aplicação financeira - conta BNB (i)	4.231	4.125
Total	4.231	4.125

(i) Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de aproximadamente 98,00% de CDI em 2025 e aproximadamente 98,00% em 2024, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores. Em março de 2023, foi assinado o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Financiamento, que reduziu o valor mínimo exigido na conta reserva. Diante disso, a administração optou por resgatar o excedente, visando otimizar a gestão de caixa.

7. Arrendamento e Direito de uso: Composição e movimentação dos saldos

Direito de uso (i)	Remensu- ração de contratos (c)		Depre- ciação	31/12/ 2025
	31/12/ 2024	2024		
	6.834	216	(662)	6.388
Remensu- ração de contratos (c)				
	31/12/ 2024	Juros	Paga- mento	31/12/ 2025
Obrigações por arrendamento (ii)	8.397	216	966	(1.408)
Total	8.397	216	966	(1.408)
Total circulante	496	-	-	-
Total não circulante	7.901	-	-	7.975

(i) Referem-se há 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). (ii) Para a determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variaram entre 8,08% a.a. e 13,14% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso. Os arrendamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2025
2027	837
2028	615
2029	691
2030	776
2031 a 2037	4756
Total	7.675

Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	46.326	50.193
Base da reserva legal	46.326	50.193
Reserva legal (5%) (i)	2.291	2.510
Saldo inicial	15.271	12.761
Calculado no ano	2.291	2.510
Total	17.562	15.271

(i) Devido ao limite legal a companhia não registrou os 5% do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mas sim até o limite de 20% do Capital Social que é de R\$ 87.810 milhões, sendo seu limite R\$ 17.562. **Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% (25% em 2024), ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	46.326	50.193
Reserva legal (5%)	(2.291)	(2.510)
Base para dividendos	44.035	47.683
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	11.009	11.921
Dividendos adicionais	14.037	15.357
Total de dividendos propostos (i)	25.046	27.278

(i) A movimentação dos pagamentos de dividendos adicionais propostos está conforme demonstrado na nota 13. **Reserva de lucro** - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	46.326	50.193
Reserva legal (5%)	(2.291)	(2.510)
Dividendos mínimos propostos	(11.009)	(11.921)
Dividendos adicionais	(14.037)	(15.357)
Reserva de lucros	18.989	20.405
Saldo inicial	20.405	24.422
Distribuição de reserva de lucros	(20.405)	(24.422)
Dividendos intercalares	(25.046)	-
Calculado no ano	44.035	20.405
Total	18.989	20.405

Lucro por ação - O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	46.326	50.193
Lucro por ação	0,5276	0,5716

15. Receita operacional líquida: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de geração	75.307	73.578
(-) Tributos sobre a receita	(2.749)	(2.686)
(-) Encargos do consumidor	(180)	(173)
Total	72.378	70.719

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo com depreciação e amortização (i)	(9.454)	(6.152)
Custo com pessoal	(3.002)	(2.845)
Custo com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica (ii)	(2.840)	(2.716)
Custo com reversão de provisão	(2.633)	-
Custo com serviços de terceiros	(2.470)	(2.597)
Custo com tributos	(1.037)	(630)
Custo com materiais	(263)	(406)
Custo com alugueis	(270)	(362)
Demais custos	154	(954)
Custo com seguros	-	(756)
Total	(21.815)	(17.418)

(i) O valor de depreciação de arrendamento é R\$662 em 31/12/2025 e R\$656 em 31/12/2024 e o valor de depreciação de imobilizado é R\$8.767 em 31/12/2025 e R\$5.483 em 31/12/2024. O valor da amortização é de R\$24 em 31/12/2025 e R\$21 em 31/12/2024. (ii) No exercício de 2025, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.840 (R\$2.716 em 2024), referente ao prêmio do risco hidrológico reapetado contabilizado como custo de operação. **17. Outras despesas e receitas operacionais:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros	(741)	-
Serviços de terceiros	(500)	(326)
Depreciação e amortização	(7)	(8)
Gastos diversos	(81)	282
Outras receitas e despesas operacionais	(1.329)	(52)

18. Resultado financeiro: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros de empréstimos	(851)	(1.752)
Juros de arrendamento</		

**ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.**

CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Energética Serra da Prata S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energética Serra da Prata S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS

Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
EY Auditores Independentes S/S Ltda. Roberto Cesar Andrade dos Santos
CRC SP-015199/F Contador CRC RJ-093771/O